

## **Indexante Único: Bancos Comerciais assinam um acordo histórico com o Banco Central**

O Presidente da Direcção da Associação Moçambicana de Bancos (AMB), Teotónio Comiche, disse que o Acordo para Uniformização da Base de Cálculo da Taxa de Juro no sistema financeiro assinado, no dia 17 de Maio de 2017, e que já está em prática desde 1 de Junho, entre a AMB, seus membros Associados, todas instituições financeiras moçambicanas e o Banco de Moçambique, representa um marco importante na história do desenvolvimento do sistema financeira nacional porque vai contribuir definitivamente para uma maior transparência e competitividade do sector, bem como, melhorar os mecanismos de transmissão de política monetária.



### **Inflação: Metical pode fechar o ano em 50.4**

Uma análise do Standard Bank aponta que o Metical poderá fechar o ano em USD / MT 50.4 e para imprimir em 50,0 em 12m. Isto representa uma apreciação de 31,3% e 32,3%, respectivamente, a partir da taxa à vista corrente de 66,16. A tendência recente de apreciação do Metical está em linha com a visão de que a depreciação acentuada do ano passado combinado com a política monetária apertada, melhorou passos para a consolidação orçamental e deve ser forte o suficiente para aliviar a demanda de importação e, assim, tomar alguma pressão.

### **ANÁLISE ECONÓMICA SEGUNDO O COMITÉ DA POLÍTICA MONETÁRIA DO BANCO DE MOÇAMBIQUE REUNIDO NO DIA 19 DE JUNHO DE 2017**

#### **Banco de Moçambique mantém a taxa de juro de política monetária (mimo) e introduz o rácio mínimo de liquidez para o sector bancário nacional**

O Comité de Política Monetária (CPMO) do Banco de Moçambique, reunido hoje, dia 19 de Junho de 2017, decidiu manter a Taxa MIMO em 21,75% e o Coeficiente de Reservas Obrigatórias (RO) para os passivos em moeda nacional e estrangeira em 15,50%.

A evolução recente da inflação aponta para uma desaceleração tímida do nível geral de preços, tendência que se espera venha a manter-se nos próximos meses, em resultado das medidas de ajuste macroeconómico já tomadas, que têm estado a contrair a procura interna e a fortalecer o Metical, num contexto de maior oferta de produtos alimentares de origem nacional nos mercados. As perspectivas de maior dinamismo da actividade económica no segundo semestre de 2017, o agravamento do risco fiscal e os futuros ajustamentos dos preços administrados reforçam a necessidade de prudência na condução da política monetária. **Página 10**

# Editorial

## Uma luz no fundo do túnel



Dr. José Mussane  
Secretário Geral da AMB

**A**tingimos o pico da inflação em finais de 2016 e, à entrada do presente ano, o gráfico é decrescente e as autoridades governamentais e do Banco Central já começam a tranquilizar, ainda que de forma receosa e condicional.

O ministro da Economia e Finanças era a cara do Governo que vem se desdobrando em justificações sobre as causas da crise e apontando soluções. O apelo é que temos que aumentar a produção interna para que as exportações possam superar as importações.

A retirada do apoio financeiro pelos parceiros internacionais ao orçamento do Estado é, aos olhos do governo, apenas um factor agravante. A retirada dos parceiros internacionais teve como a causa imediata a perda de confiança pela má gestão da coisa pública, sobretudo, a falta de transparência. A falta de transparência provoca uma concorrência desleal entre os *players* dos vários sectores empresariais em gerla, e do sector financeiro, em particular.

Hoje, o governo já começa a anunciar um futuro promissor na retoma normal da economia moçambicana.

“**Moçambique está de volta**”, diz repetidas vezes o Presidente da Republica, Filipe Nyusi nas suas

intervenções ao nível nacional e internacional e acrescenta, “**vamos evitar cometer os erros do passado**” para assegurarmos um desenvolvimento sustentável.

**O Banco Central refere que** as perspectivas de médio prazo continuam a apontar para a evolução favorável da inflação, não obstante os riscos de ajustamento dos preços administrados. Os últimos dados sobre a evolução do PIB indiciam um maior dinamismo da actividade económica nos próximos trimestres, num cenário em que a inflação continuará a desacelerar, não obstante as projecções actuais situarem-se ligeiramente acima das apresentadas em Abril.

Estas projecções já haviam sido anunciados por analistas do sector financeiro e devidamente, citados por nós nas páginas das edições anteriores deste *News Letter*, tanto antes da crise, como durante, e auguravam a superação, caso medidas fortes fossem tomadas pelo governo.

Pelo que, não é surpreendente o percurso que estamos trilhando cujas causas e soluções do problema todos fazemos parte.

A retoma do crescimento normal da economia nacional não só trás as esperanças para a recuperação da renda da população que já tinha

perdido drasticamente o poder de compra, mas anima também ao sector empresarial que começa a acreditar em uma concorrência leal numa economia que se apresenta cada vez mais competitiva.

O conjunto de medidas que foram sendo aplicadas ao sector financeiro e vários instrumentos estruturantes introduzidos neste sector, fortalecem o sistema através da transparência e contribuem para um desenvolvimento sustentável e resiliente a quaisquer choques.

Embora não fosse necessária e possivelmente evitável, a crise que atravessamos serviu de força motriz que nos precipitou a fazer introspecção sobre o modelo de gestão interna e adopção de boas práticas e experiências internacionais.

Com isso pretendemos reconhecer todos actores que se empenham na melhoria da economia nacional e saudar aos operadores do sector financeiro pelo seu empenho e colaboração na construção duma economia promissora e sustentável.

É nossa expectativa que as lições aprendidas e as conquistas alcançadas serão efectivamente consolidadas para um caminhar firme e sustentável numa economia que se pretende que seja inclusiva.

## Por um sector bancário mais forte

# Tomaram posse novos órgãos sociais para o triénio 2017 - 2020



**T**omaram posse no dia 4 de Maio de 2017, os novos órgãos sociais da AMB para o triénio 2017 – 2020, eleitos na Assembleia Geral realizada a 23 de Março do ano em curso.

Trata-se de membros da Mesa da Assembleia Geral, Dr. João Figueiredo, Presidente, em representação do MozaBanco, Dr. Arquiles Dimene, primeiro Secretário da Mesa, em representação do Banco Terra e Dr. Iuri Khan, segundo Secretário da Mesa em representação do Banco MAIS.

Para a Direcção da AMB tomaram posse o Dr. Teotónio Comiche como Presidente, em representação do Banco Internacional de Moçambique (BIM), o Dr. Paulo Sousa, Vice-Presidente da Direcção em representação do Banco Comercial e de Investimentos (BCI), e ainda três vogais, nomeadamente, o Dr. Camal Daude, o Dr. Rui Barros e o Eng. António Correia em representação do Standard Bank, Barclays Bank (Moç) e Banco Único, respectivamente.

Para o Conselho Fiscal tomou posse o Dr. Orlando Chongo, Presidente, em representação do African Banking Corporation e dois vogais, nomeadamente, o Dr. Laurent Tong – Vanh em representação do Banco Societé Generalé (Moç) e a Dra Teresa Braz, em representação do Capital Bank.

Finalmente, tomaram posse cinco membros do Conselho Deontológico, nomeadamente, o Dr. Francisco António Souto, pelo GAPI, a Dra Liliana Catoja Lemos, pelo BIM, o Dr. Ibraimo Bhai, pelo BCI, o Dr. Tomás Matola pelo BNI, e o Dr. António Malalane, pelo Ecobank Moçambique.

No acto de tomada de posse, o

Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Dr. João Figueiredo apelou aos órgãos eleitos a trabalharem no sentido de contribuir para assegurar um Sector Bancário cada vez mais forte e resiliente. Por seu turno, o Dr. Teotónio Comiche, Presidente da Direcção manifestou a disponibilidade da Direcção em trabalhar para o fortalecimento do Sector Bancário e maior proactividade na relação com o regulador.

Recordou os desafios que já constam do plano anual para o ano de 2017 a destacar, entre outros, a realização de Assembleia Geral Extraordinária ainda no mês em curso que deverá, entre outros assuntos, fazer a revisão dos Estatutos da agremiação. Falou também do lançamento da pesquisa sobre o Sector Bancário, edição 2017, em parceria com a KPMG.

Refira-se que constam ainda nos desafios da AMB os grandes compromissos assumidos com o Governo no âmbito da estratégia lançada à 9 de Agosto de 2016, pelo Presidente da República, Filipe Nyusi, na cidade da Maxixe, província de Inhambane que visa a promoção de um desenvolvimento sustentável, inclusivo e acelerado. Neste domínio, o Sector Bancário está comprometido a garantir que todas as capitais distritais deverão ser servidas por pelo menos uma agência bancária até 2019, ao abrigo da referida estratégia.

A AMB assinou também a Declaração Final da VI Conferência de Micro-Finanças e Finanças Rurais, em que, entre outras acções, evoca “a Estratégia para o Desenvolvimento do Sector Financeiro, 2013 – 2022, que visa garantir que, até 2022, pelo menos 35% da

população adulta em idade activa, tenha acesso físico ou electrónico, a pelo menos um dos serviços prestados por uma instituição formal”. O mesmo documento que citamos, reitera, “junto com o Governo e outros parceiros que, como forma de materializar o Programa Quinquenal do Governo, 2015 – 2019 e alcançar os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável que visam erradicar a pobreza extrema em todo os lugares, até 2030 e promover o crescimento económico sustentável e inclusivo, todas as acções devem ser implementadas de forma coordenada e integrada, para evitar a duplicação de esforços e garantir a complementaridade”.

Portanto, estes desafios impõem a AMB uma responsabilidade individual dos membros Associados e colectiva na inovação, crescimento e expansão dos seus produtos e serviços em que o ambiente de paz e estabilidade que se vive, aliado à expansão de infra-estruturas económicas e sociais, energia eléctrica e vias de acesso como rodoviárias, assim como ferroviárias, constituem elementos favoráveis.

## AMB faz revisão de Estatutos e ratifica adesão do Banco Socremo

**R**eunida em Assembleia Geral Extraordinária no dia 25 de Maio de 2017, a Associação Moçambicana de Bancos (AMB) apreciou e deliberou, positivamente, a revisão dos Estatutos e fez o preenchimento de assentos no Órgãos Sociais decorrente da Revisão do Estatuto, assim como ratificou a adesão do Banco Socremo como membro efectivo.

A revisão dos Estatutos decorreu da necessidade de promoção de reformas na composição dos órgãos sociais da AMB, tendo em vista uma maior inclusão e participação dos associados na prossecução dos objectivos da Associação.

# Indexante Único: Bancos Comerciais assinam um acordo histórico com o Banco Central

O Presidente da Direcção da Associação Moçambicana de Bancos (AMB), Teotónio Comiche, disse que o Acordo para Uniformização da Base de Cálculo da Taxa de Juro no sistema financeiro assinado, no dia 17 de Maio de 2017, entre a AMB, seus membros Associados, todas instituições financeiras moçambicanas e o Banco de Moçambique, representa um marco importante na história do desenvolvimento do sistema financeira nacional porque vai contribuir definitivamente para uma maior transparência e competitividade do sector, bem como, melhorar os mecanismos de transmissão de política monetária.



Dr. Teotónio Comiche, Presidente da Direcção da AMB após assinatura do acordo com o Banco de Moçambique

O Acordo celebrado introduz um indexante único para todas as taxas de juro variáveis a serem praticadas nas operações de crédito contratualizadas entre as instituições de crédito ou sociedades financeiras com os seus clientes, trazendo assim uma melhor percepção para o mercado da formação do preço em operações de crédito.

Para o Presidente da Direcção da AMB que falou após assinatura do acordo, esta nova regra para o estabelecimento dos preços de crédito vai promover uma maior transparência no processo de fixação das taxas de juro, reduzir as assimetrias de informação e, desta forma, munir os clientes de uma base para cooperação e negociação mais claras.

A disponibilização ao público de informação sobre a taxa de juro de referência vai promover uma maior competitividade do sector, com benefícios para o mercado.

A criação do indexante único do sistema bancário vai funcionar como um dos principais mecanismos de transmissão da política monetária do Banco de Moçambique para o mercado, promovendo maior eficácia na sua

aplicação.

A uniformização da base de cálculo da taxa de juro vai reflectir as condições reais de liquidez e de formação de preço do mercado.

A sua revisão será definida de acordo com a evolução do risco e o nível de liquidez do sistema e custos associados, em consonância com as perspectivas de inflação e da política monetária.

“A adopção de referido indexante único reflecte também o estado de maturidade do nosso sistema financeira, que tem acompanhado o ritmo de desenvolvimento da nossa economia. Esta é uma prática comum já implementada em mercados mais desenvolvidos, e da qual não nos podemos alhear dado o contexto de mercado cada vez mais global em que operamos”, disse Teotónio Comiche.

Recordou ainda que no percurso histórico da banca moçambicana, em 1992, foi, por lei, aberto o sistema financeiro a iniciativa privada, em consequência da transformação da política económica então em vigor, para a economia de mercado. Neste contexto, em 1993, foi liberalizada a fixação de preço de serviços e produtos bancários, até aos dias de hoje.

A liberalização do sistema financeiro e, em particular, dos bancos comerciais, permitiu a dinamização do mercado financeiro, oferecendo produtos e serviços inovadores. Esta oferta tem contribuído activamente para o desenvolvimento e sustentabilidade da economia, disponibilizando produtos consentâneos às necessidades de clientes.

O sistema financeiro está em permanente aperfeiçoamento, o instrumento que

acabamos de testemunhar é prova disso. Muito recentemente, foram também introduzidas reformas nos mercados monetário, interbancário e cambial.

No exercício da liberdade de iniciativa da formação dos preços no mercado, e



Saudação entre Dr. Teotónio Comiche, Presidente da Direcção da AMB (à esquerda) e Dr. Rogério Zandamele, Governador do Banco de Moçambique (à direita) após assinatura do acordo com o Banco de Moçambique 17/05/2017

concretamente no contexto das operações de crédito, os bancos têm seguido metodologias próprias para o estabelecimento do preço, o que por vezes torna pouco eficaz o impacto das políticas definidas pela Autoridade Monetária para influenciar o sistema bancário aos esforços de reorientação da economia.

Finalmente, o Presidente da Direcção da AMB apelou a colaboração de cada banco comercial, para que o dever de prestar a informação, para o cálculo do prémio de custo seja feito em tempo útil.

“O sucesso da aplicação deste indexante dependerá da nossa capacidade de colaboração e do trabalho conjunto com o Banco de Moçambique. Do nosso Regulador esperamos uma especial colaboração para o esclarecimento de questões que possam surgir na implementação, bem como a adopção de um nível de serviço adequado na comunicação entre os bancos e o Supervisor”, frisou Teotónio Comiche.

# Acordo para Indexante Único já está em uso na Banca Comercial

O acordo assinado no dia 17 de Maio último entre o Banco de Moçambique (BM) e a Associação Moçambicana de Bancos (AMB), seus Associados e demais Instituições Financeiras e que introduz, um Indexante Único que serve de base para o cálculo da *Prime Rate* e da Taxa de Juro variável a praticar nas operações de crédito contratualizadas pelo sistema financeiro com os seus clientes, já é uma realidade desde o dia 1 de Junho de 2017.

A *Prime Rate* do Sistema Financeiro aplica-se a novas operações de crédito contratualizadas, ou as operações de crédito renegociadas ou renovadas após a entrada em vigor do presente Acordo. Não se aplica às operações de crédito contratualizadas antes da entrada em vigor do Indexante único.

O Acordo foi assinado pelo Governador do Banco de Moçambique (BM), Rogério Zandamela, pelo Presidente da Direcção da AMB, Teotónio Comiche e por representantes dos Bancos Comerciais e de todas as instituições de Crédito e Sociedades Financeiras autorizadas a realizar operações de crédito no sistema financeiro moçambicano.

À luz do acordo, o BM intervém, enquanto entidade reguladora do sistema bancário e do mercado monetário, com a finalidade de, por um lado, promover uma maior transparência no processo de fixação das Taxas de

Juro Variáveis no mercado e, por outro lado, melhorar o mecanismo de transmissão da política monetária. Enquanto entidade reguladora e no âmbito das suas funções de supervisor, o BM garantirá a correcta implementação dos termos do acordo.

Por seu turno, a AMB e seus Associados, intervém enquanto partes interessadas no processo de implementação do Indexante Único para as Taxas de Juro variáveis, contribuindo para a materialização do referido objectivo.

Quer o BM, quer a AMB e seus Associados, entendem que o acordo rubricado deverá ser alargado a todas as demais Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras a operarem no sistema financeiro moçambicano, por meio de adesão ao acordo, mediante subscrição do Termo de Adesão à Posterior.

Ao BM recai a obrigação de anunciar a entrada em vigor, da obrigatoriedade de adopção do Indexante único no cálculo das Taxas de Juro Variáveis a serem



## **Prime Rate a vigorar no período entre 01 a 30 de Junho 2017**

Em conformidade com o estipulado na cláusula Sexta, alínea a) ii) do Acordo Para a Uniformização da Base de Cálculo (Indexante) da Taxa de Juros no Sistema Bancário, o Banco de Moçambique é a entidade responsável pelo cálculo e divulgação da *Prime Rate* do Sistema Financeiro, tomando como base o indexante único e o prémio de custo definido pelo sistema bancário e submetido ao BM pela Associação Moçambicana de Bancos (AMB).

Com efeito, para o mês de Junho, foi calculado o indexante ao nível de 21.68%, como resultado das taxas médias ponderadas das operações *Overnight*, nomeadamente:

## Banco de Moçambique lança nova série de Metical 2017

O Banco de Moçambique (BM) colocou em circulação, a partir de 16 de Junho de 2017, Dia do Metical, a terceira série de notas da terceira família do Metical com a assinatura do Governador do Banco de Moçambique, Rogério Lucas Zandamela e, com a data de emissão de 16 de Junho de 2017.

As notas de 1.000 Mt, 500 Mt e 200 Mt continuarão a ser em substrato convencional de papel, enquanto as

O Governador do Banco de Moçambique, Rogério Zandamela falando à imprensa no acto de lançamento das novas notas, no dia 17 de Maio, 42º Aniversário da criação do Banco de Moçambique, recordou que em 2006, o Banco de Moçambique procedeu a reforma da moeda nacional, adoptando a terceira família do Metical, ou seja, a família "Banco de Moçambique". Esta família sucedeu as duas primeiras,

sujeitas à maior desgaste. Em resultado das pesquisas efectuadas com vista ao reforço da consistência das notas, optou-se por substituir o substrato de papel pelo polímero, que é um material sintético, particularmente ajustado aos climas húmidos.

Com a adopção do novo substrato, explicou Zandamela, reduziu-se significativamente os custos associados à reposição de notas degradadas. O BM

cumpriu também com o seu desígnio de fornecer ao público notas em quantidade suficiente e com a qualidade necessária. Referiu que, de 2011 a esta parte, ainda não foi detectada uma única nota contrafeita em substrato de polímero, o que constitui um marco inédito mesmo a nível internacional. Nas notas de papel, as

contrafacções ou falsificações detectadas são de fácil identificação à vista desarmada.

A substituição das notas pelo Banco de Moçambique resulta das boas práticas nestas matérias que recomendam, de cinco em cinco anos, uma revista às características e os elementos de segurança das notas. Neste sentido, da avaliação realizada pelo Banco de Moçambique, concluiu-se que os elementos de segurança das notas do Metical continuam robustos.



notas de 100Mt, 50Mt e 20Mt continuarão a ser em substrato de polímetro, material sintético, particularmente ajustado à climas húmidos, que confere maior resistência e durabilidade às notas.

Segundo o Banco Central, a Série de 2017, tal como a de 2011, não contempla moedas metálicas. Nesse sentido, manter-se-ão em circulação as moedas que ostentam a data de 2006, altura da emissão da "nova família do Metical". A circulação da série 2017 será simultânea com as séries 2006 e 2011 de notas do Metical que ostentam as assinaturas dos Antigos Governadores, nomeadamente, Adriano Afonso Maleiane, com a data de 16 de Junho de 2006, e Ernesto Gouveia Gove, com a data de 16 de Junho de 2011, respectivamente.

O BM informou que não haverá processo de troca nem data limite de circulação das notas das series 2006 e 2011 e permanecem ainda os elementos de segurança e de exaltação dos valores do património cultural, histórico, faunístico e económico.

designadamente, a família "República Popular de Moçambique" e a família "República de Moçambique" que terminaram o seu curso legal aos 31 de Dezembro de 2012.

Decorridos cerca de 5 anos após a introdução da terceira família do Metical e face à evolução cada vez mais acelerada das tecnologias de impressão aliada à necessidade de assegurar uma protecção mais eficaz das notas, mostrou-se necessário ajustar os elementos de segurança em 2011. "Foi neste contexto que tivemos a honra de introduzir as novas notas com dispositivos de segurança melhorados e dotadas de elementos que facilitam a identificação das várias denominações através do tacto", referiu Rogério Zandamela.

Outro marco assinalável nos melhoramentos efectuados e apontados pelo Zandamela, foi a alteração do substrato das notas de 20 MT, 50 MT e 100 MT. A escolha destas denominações resultou do facto de tratarem-se de notas de maior circulação e, por conseguinte,

## Banco Africano de Desenvolvimento atribui um milhão de dólares a Moçambique

O conselho de administração do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) aprovou uma subvenção de um milhão de dólares para financiar o projecto de Assistência Técnica de Ligações Empresariais do Corredor de Nacala.

De acordo com a LUSA, a verba será atribuída ao Governo de Moçambique através do Fundo de Assistência ao Sector Privado Africano (FAPA, sigla inglesa) e o projecto vai decorrer ao longo de três anos.

"O trabalho está em linha com o esforço do BAD para promover o desenvolvimento inclusivo do sector privado e as ligações das PME com grandes investimentos", anunciou o BAD - que realizou diversos investimentos em infraestrutura para apoiar o corredor de Nacala.

Este corredor consiste numa linha férrea que liga o interior de Moçambique e o Malawi ao porto de Nacala, sendo usado sobretudo para escoar carvão, produto que passou este ano a liderar as receitas

de exportação moçambicanas.

O sector da construção civil é o principal alvo da iniciativa, para que as empresas tirem partido das oportunidades de desenvolvimento relacionadas com o corredor.

A assistência técnica vai promover formação e acompanhamento nas áreas de gestão de negócios e capacidade institucional.

## Shell vai produzir combustível no país através de gás

A Ministra dos Recursos Minerais e Energia, Leticia Klemens, e a Vice-Presidente da Shell, Clare Harris, assinaram, recentemente, em Maputo, um memorando de entendimento que visa a alocação do gás da Bacia de Rovuma ao uso doméstico.

"O acordo rubricado vem na sequência dos resultados do concurso público de adjudicação do gás doméstico da Bacia do Rovuma, publicado a 27 de Janeiro do corrente ano, dos quais foram selecionados o projecto de fertilizantes da Yara International, o Projecto Afungi GTL e Energia da Shell e o Projecto de

Energia Eléctrica da empresa GL Africa Energy", lê-se na nota de imprensa enviada à imprensa.

Segundo o documento, no âmbito de utilização de gás natural para o Desenvolvimento de Projectos no Mercado Doméstico, a Shell Moçambique BV solicitou a adjudicação de 310 – 330 milhões de pés cúbicos dia de gás natural para produzir 38 mil barris de combustíveis líquidos (GTL Gasóleo, Nafta e Queroseno) e 50 – 80 MW de energia eléctrica.

A assinatura do acordo com a Shell representa um passo importante na

implementação do Plano Director de Gás de Moçambique de 2014, que visa desenvolver e diversificar o processo de industrialização do país a partir das grandes reservas de gás da Bacia do Rovuma.

Na ocasião, a Ministra de Recursos Minerais e Energia sublinhou que a Política e Estratégia do Governo para o sector visa satisfazer as necessidades de desenvolvimento do país. Por sua vez, Claire Harris, da Shell agradeceu o apoio contínuo do governo com vista a implementação plena do projecto.

## Consórcio luso-chinês confirmado para construir linha Moatize - Macuse

O consórcio constituído pelo grupo português de construção civil Mota-Engil e pela empresa China National Complete Engineering Corporation assinou um contrato com a Thai Moçambique Logística para construir no país uma linha de caminho-de-ferro com uma extensão de 500 quilómetros, informou o grupo em comunicado divulgado através da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

Segundo o documento, o projecto, integrado no corredor logístico que ligará a zona mineira de Moatize, província de Tete, ao porto de Macuse, na província da Zambézia, terá uma duração contratual de 44 meses e um custo de 2 389 milhões de dólares.

A China National Complete Engineering Corporation é uma subsidiária do grupo China Machinery Engineering Corporation, cotado na Bolsa de Valores

de Hong Kong, sendo este o primeiro consórcio em que empresas portuguesas e chinesas entram em pé de igualdade.

O comunicado adianta que atendendo ao facto de poder ter lugar uma incorporação elevada de bens e serviços provenientes da China é muito provável que as instituições chinesas de crédito às exportações, caso do Banco de Exportações e Importações da China, possam contribuir "positivamente" para o processo de montagem do financiamento do projecto.

O início das obras de construção poderá ocorrer em 2018, assim que forem concluídas as negociações do cliente para o financiamento do projecto.

O presidente executivo da Thai Moçambique Logística, José Pires da Fonseca, já havia anunciado, em Março passado, ter o projecto sido adjudicado ao

consórcio constituído em partes iguais pelo grupo Mota-Engil e pela empresa China National Complete Engineering Corporation.

Uma das grandes particularidades para a linha de Macuse é que ela arrasta interesses de quatro companhias indianas com licenças para a exploração do carvão em Moçambique e que precisam do recurso para alimentar as suas centrais térmicas. Isto porque em Macuse está o porto de Macuse, que deverá ter capacidade para receber navios de até 80 mil toneladas, o que permite uma maior competitividade em relação ao Porto da cidade da Beira, que recebe navios de menor calado.

# FMI apela ao Governo moçambicano para suprir lacunas na informação sobre dívidas ocultas

A equipa técnica do FMI que terminou, no dia 19 de Julho de 2017, uma missão a Moçambique apelou ao Governo para tomar medidas para suprir "lacunas de informação essencial" em relação à forma como foi usado o dinheiro das dívidas ocultas.

"Persistem lacunas de informação essencial que carecem ser resolvidas, no que concerne ao uso dos proveitos dos empréstimos", disse o chefe da missão Michel Lazare, numa declaração citada no comunicado distribuído pelo FMI (Fundo Monetário Internacional).

A divulgação da nota de imprensa aconteceu um dia após o término de uma missão de nove dias do FMI a Moçambique, onde discutiu com as autoridades moçambicanas o relatório da auditoria realizada pela firma internacional Kroll às dívidas ocultas.

Segundo a nota de imprensa, a missão exortou o Governo a tomar medidas para colmatar lacunas de informação em relação às dívidas e a aprimorar o seu plano de acção de reforço da transparência, melhoria da governação e garantia de responsabilização.

O FMI recorda que já tinha feito notar a existência de lacunas na informação prestada pelas entidades ouvidas pela firma de investigação internacional Kroll, quando foi divulgado o sumário



Michel Lazare, chefe da missão à Moçambique durante um breve encontro com o Banco de Moçambique e Associação Moçambicana de Bancos (AMB)

executivo do relatório da auditoria às dívidas, a 24 de Junho último.

A publicação do sumário do relatório, prossegue o comunicado, é um passo importante no sentido da maior transparência relativamente aos empréstimos contraídos pelas empresas públicas EMATUM, Proindicus e MAM.

O escândalo das dívidas ocultas surgiu em Abril de 2016 - a dívida de 850 milhões de dólares da EMATUM era conhecida, mas não os 622 milhões da Proindicus e os 535 da MAM - e atirou Moçambique para uma crise sem precedentes nas últimas décadas.

Os parceiros internacionais suspenderam

apoios, a moeda desvalorizou a pique e a inflação subiu até 25% em 2016, agravando a vida naquele que é um dos países mais pobres do mundo.

O reatamento das ajudas internacionais ficou dependente da realização da auditoria independente às dívidas, cujo sumário executivo foi distribuído pela PGR e sobre o qual se aguardam agora as reacções dos parceiros.

Refira-se que a equipa técnica da missão do FMI trabalhou em Moçambique de 10 a 19 de Julho de 2017 para avaliar os passos dados por Moçambique no campo das medidas macroeconómicas para a restauração da confiança e discutir os resultados da auditoria às dívidas ocultas elaborado pela Kroll.

Durante a sua estada, para além de encontros com as autoridades governamentais ligadas às finanças públicas, a equipa técnica da missão do FMI manteve um encontro breve com o Banco de Moçambique e os membros associados da Associação Moçambique de Bancos (AMB) durante o qual, o chefe da missão Michel Lazare enalteceu os bons efeitos da Política Monetária implementada pelo Banco de Moçambique e que resultaram na redução da inflação, estabilização do Metical, sendo que há ainda desafios na política fiscal.

## FMI optimista quanto a recuperação da economia moçambicana

O Fundo Monetário Internacional (FMI) afirma que a economia moçambicana está a registar um importante crescimento, embora incipiente, prevendo-se que, até ao final do presente ano, possa superar as projecções anteriores. Estima-se um crescimento na ordem de 4,5 por cento, no presente ano, previsão que pode variar, devendo acelerar para 5,4 por cento em 2018.

O crescimento que se regista actualmente, resulta de medidas macro-económicas que o país foi tomando, principalmente desde o segundo semestre de 2016 nas vertentes financeira, cambial e fiscal.

Neste contexto, aponta-se, por exemplo, o aperto das políticas fiscais, sobretudo no segundo semestre de 2016, o acompanhamento da evolução das taxas de juro e implementação da política

restritiva monetária pelo Banco Central. Considera-se, contudo, que o crescimento que se regista continua ainda incipiente. "A inflação deverá baixar consideravelmente em 2017, mas, ainda permanece elevada.

Para que o cenário promissor possa se concretizar, o FMI recomenda, ser necessário continuar com a série de medidas visando conter os factores de risco.

## Moçambique num crescimento acima da média da África Subsaariana

De acordo com o World Economic Outlook, divulgado recentemente em Washington, os dois principais produtores de petróleo lusófono em África, nomeadamente, Angola e Guiné Equatorial, são os únicos países da África subsaariana que crescem abaixo da média da região.

Na África subsaariana, prevê-se uma recuperação modesta em 2017; o crescimento deverá aumentar para 2,6% em 2017 e 3,5% em 2018,

principalmente alimentado por factores específicos das maiores economias, que enfrentaram condições macroeconómicas desafiantes em 2016.

A Guiné Equatorial se mantenha em recessão nos máximos seis anos, enfrentando uma nova contracção da economia de 5% este ano e de 5,1% em 2018, para chegar a 2022 com um crescimento negativo de 1,5%.

As missões de assistência técnica do FMI continuam a apoiar reformas-chave,

apontando como exemplo o Banco de Moçambique, onde intervém no quadro de operações da política monetária; supervisão bancária; mercados interbancários, monetário e cambiais.

O apoio ao Ministério da Economia e Finanças é direccionado à gestão financeira pública: riscos fiscais; empresas estatais e dívida; massa salarial e reformas aos subsídios.

A Autoridade Tributária também beneficia de apoio das missões do FMI.



# MOÇAMBIQUE / INFLAÇÃO CAIU 1,2% EM JUNHO

**A** inflação de Junho em Moçambique, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC), regista uma queda na ordem de 1,2 por cento.

O IPC foi calculado com base nos dados recolhidos pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) nas cidades de Maputo, Beira e Nampula.

O INE refere que a divisão de alimentação e bebidas não alcoólicas, foi a que teve maior impacto na queda do nível geral de preços, tendo contribuído com 0,83 pontos percentuais (pp) negativos.

Analisando a inflação mensal por produto, destaca-se a queda dos preços de veículos automóveis ligeiros (12,6%), do tomate (17,8%), do carvão vegetal (10,5%) do amendoim (17,0%), do óleo alimentar (5,9%), da gasolina (1,5%) e da couve (16,0%).

Estes produtos contribuíram no total da inflação mensal com cerca de 1,27pp negativos”, refere a nota.

Entretanto, o aumento dos preços de

alguns produtos, com destaque para refeições em restaurantes (2,5%), peixe fresco refrigerado ou congelado (4,7%), telemóveis (7,2%), capulanas (2,5%) e sapatos para homens (7,9%) concorreu para uma contribuição de 0,42pp positivos.

No semestre anterior, Moçambique registou um aumento do nível geral de preços na ordem de 3,82% com a divisão de restaurantes, hotéis, cafés e similares a destacar-se como principal responsável por esta tendência ao contribuir com aproximadamente 0,79pp positivos.

Desagregando a inflação acumulada por produto, destaque particular vai para o aumento dos preços do pão de trigo, do carvão vegetal, de refeições em restaurantes, da gasolina, do carapau, da cerveja e do peixe fresco refrigerado ou congelado.

Segundo o INE, estes participaram com 2,68pp positivos no total da inflação acumulada.

Comparativamente a igual período de 2016, o país registou um aumento de

preços na ordem de 18,10 por cento, sendo a divisão de vestuário e calçado, em termos homólogos, a que registou maior agravamento de preços com 26,82 por cento.

Analisando os dados por cidade verifica-se que Maputo, Beira e Nampula registaram uma tendência de queda do nível geral de preços.

As cidades de Maputo e da Beira tiveram quedas acima da média nacional em 1,51% e 1,54%, respectivamente e a cidade de Nampula teve uma queda abaixo da média nacional na ordem de 0,36%.

De Janeiro a Junho a cidade de Maputo registou a inflação mais alta com 4,93%, seguida da Cidade de Nampula com 3,16% e por último a Cidade da Beira com 1,68%.

Em termos homólogos, as Cidades de Nampula, Maputo e Beira registaram agravamentos nos respectivos níveis gerais de preços na ordem de 18,68%, 17,97% e 17,71%, respectivamente.

## Banco de Moçambique com novas instalações modernas

**O** Banco Central conta, desde o dia 3 de Julho de 2017, com novas instalações constituídas por três edifícios e que ocupam uma área total de cerca de 86.332 metros quadrados, nomeadamente, uma torre de 29 pisos para escritórios, um silo-auto com 19 pisos do rés-do-chão ao topo e duas caves e um pólo técnico de seis pisos. A obra custou cerca de 230 milhões USD.

O maior edifício, designado Torre de Escritórios, tem 29 andares e ocupa uma área de 25.900 metros quadrados, sendo que cada piso pode acolher 45 funcionários, organizados como um plano aberto. Os andares superiores apresentam além de uma sala de conferências, um centro de processamento de dados, salas de formação, entre outras facilidades.

O silo auto é o mais espaçoso dos três edifícios com uma área de 56 mil metros quadrados e a sua parte traseira com 14 pisos será exclusivamente dedicada ao estacionamento, com capacidade de cerca de 700 viaturas. Inclui igualmente uma biblioteca, museu, arquivo, centro social, estação de depósito e tratamento de água depósitos e um sistema de combate a incêndios.

O pólo técnico é um edifício de seis pisos que tem, entres equipamentos, um grupo de geradores e bombas para sistema de captação de água.



Durante a cerimónia de inauguração, o Presidente da República, Filipe Nyusi disse que a volatilidade dos preços dos produtos de exportação, os factores políticos e de instabilidade económica regional configuram riscos e incertezas

com que o Banco de Moçambique precisa lidar cada vez com maior destreza.

Filipe Nyusi reconheceu a capacidade de gestão dos quadros da instituição, mas recomendou que seja feito um acompanhamento e monitoria à altura dos desafios que aqueles fenómenos representam para a economia.

Ao nível interno o Chefe do Estado garantiu estar-se a trabalhar com vista ao estabelecimento da paz efectiva, destacando que é também importante uma boa gestão das operações financeiras do Estado, no actual cenário de não entrada de ajuda externa.

Para o Chefe do Estado, é igualmente necessário considerar como um grande desafio a incerteza quanto ao retorno do programa com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Por seu turno, o Governador do Banco de Moçambique, Rogério Zandamela, indicou que para além de emprestar uma nova imagem à baixa da cidade de Maputo, os novos edifícios respondem aos requisitos de qualidade técnica e de segurança actuais dos bancos centrais modernos.

## ANÁLISE ECONÓMICA SEGUNDO O COMITÉ DA POLÍTICA MONETÁRIA DO BANCO DE MOÇAMBIQUE REUNIDO NO DIA 19 DE JUNHO DE 2017

### Banco de moçambique mantém a taxa de juro de política monetária (mimo) e introduz o rácio mínimo de liquidez para o sector bancário nacional

O Comité de Política Monetária (CPMO) do Banco de Moçambique, reunido no dia 19 de Junho de 2017, decidiu manter a Taxa MIMO em 21,75% e o Coeficiente de Reservas Obrigatórias (RO) para os passivos em moeda nacional e estrangeira em 15,50%.

A evolução recente da inflação aponta para uma desaceleração tímida do nível geral de preços, tendência que se espera venha a manter-se nos próximos meses, em resultado das medidas de ajuste macroeconómico já tomadas, que têm estado a contrair a procura interna e a fortalecer o Metical, num contexto de maior oferta de produtos alimentares de

origem nacional nos mercados. As perspectivas de maior dinamismo da actividade económica no segundo semestre de 2017, o agravamento do risco fiscal e os futuros ajustamentos dos preços administrados reforçam a necessidade de prudência na condução da política monetária.

Tendo em vista reforçar a solidez e a resiliência das instituições de crédito, em linha com as boas práticas internacionais, o Banco de Moçambique introduziu o rácio mínimo de liquidez, fixando-o em 25%, como percentagem dos compromissos de curto prazo investidos em activos líquidos.



Este indicador de alerta vem preencher a lacuna existente no quadro dos actuais indicadores prudenciais para a monitoria e controlo da liquidez do sistema bancário.

### Sector mineiro alavanca a actividade económica, num contexto em que a procura interna se mantém baixa

De acordo com dados preliminares disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), no primeiro trimestre de 2017 o PIB de Moçambique cresceu 2,9% em termos reais, relativamente a igual período de 2016, o que representa uma desaceleração de 290 pontos base face ao do primeiro trimestre de 2016. O crescimento foi basicamente suportado pelo desempenho dos sectores da indústria extractiva, dos serviços financeiros e do comércio e reparação, que cresceram 41,6%, 21,6% e 8,1%, respectivamente, contribuindo para o crescimento do PIB em 2,1 pontos percentuais, 1,5 pontos percentuais e 1 ponto percentual.

O bom desempenho da produção e exportação do carvão, conjugado com a actividade de comércio e transportes, favorecido pela prevalência da paz, amorteceu o baixo desempenho da indústria transformadora (-4,3%), da electricidade e água (-17,6%), da construção (-25,1%) e da agricultura (-0,8%), sectores mais afectados pelos efeitos da estiagem (agricultura e electricidade e água) e pela limitada capacidade financeira do Estado para realizar novos investimentos em obras públicas, sem descurar as condições financeiras restritivas impostas ao mercado. Os indicadores dianteiros sugerem uma



melhoria das perspectivas de crescimento económico para os próximos trimestres. Informação recentemente publicada pelo INE indica que em Abril de 2017 a confiança dos empresários, avaliada pelo indicador de clima económico, aumentou ligeiramente,

interrompendo a tendência decrescente registada no primeiro trimestre do ano, mas ainda assim continuando abaixo dos níveis registados em igual período de 2016. A melhoria recente do indicador foi explicada pela avaliação em alta de todas as suas componentes (perspectivas de emprego e procura), com excepção das expectativas de preços.

O aumento das exportações, estimulado pelo incremento dos preços das *commodities* no mercado internacional, continua a favorecer a redução do défice da conta corrente. Informação provisória

do primeiro trimestre de 2017 aponta para a redução do défice da conta corrente da balança de pagamentos em USD 263,7 milhões, face ao período homólogo de 2016, para cerca de USD 718 milhões, explicada pelo aumento das exportações do carvão, das areias pesadas, do alumínio e do gás natural, perante o aumento das importações em USD 110 milhões.

No entanto, excluindo os grandes projectos, o défice incrementa em USD 60 milhões, contrariando a tendência para melhoria dos trimestres anteriores, traduzindo, provavelmente, a apreciação recente do Metical face às moedas dos principais parceiros comerciais de Moçambique, que está a induzir a maior apetência por importações do sector tradicional da economia, dado que os grandes projectos registam uma redução, em igual período.

Por seu turno, a expectativa de maior apreciação da moeda doméstica está a favorecer a constituição das reservas internacionais brutas, que atingiram, em Maio, um saldo de USD 2.290 milhões, valor suficiente para cobrir 6,1 meses de importação de bens e serviços não factoriais, excluindo as importações dos grandes projectos. Esta constituição é explicada, maioritariamente, pela venda de cerca de USD 600 milhões dos bancos comerciais ao Banco de Moçambique e ainda pela entrada de fundos para projectos do Estado de cerca de USD 117 milhões, nos últimos 5 meses.

## Ajustamento em alta dos preços dos produtos administrados amortece a tendência para o abrandamento dos preços, num cenário de contracção dos agregados de moeda e crédito

Com a paz, observa-se uma maior circulação de pessoas e bens, a qual, aliada ao fortalecimento do Metical e à época sazonal fresca, contribui para a desaceleração dos preços, particularmente de produtos alimentares, tendência que foi amortecida pelos ajustamentos dos preços administrados. Dados do INE indicam que a inflação acumulada de Moçambique até Maio manteve a trajectória de desaceleração situando-se em 5,09%, contra 7,90% em igual período de 2016, resultando numa inflação anual de 20,45%. Os produtos com preços administrados observaram uma aceleração da inflação anual em 629 pontos base, contra a redução de 336 pontos base do índice excluindo os produtos administrados, nos últimos dois meses, contribuindo para refrear a desaceleração da inflação. Ainda assim, os produtos administrados continuam a ter um efeito amortecedor sobre a inflação anual.

A apreciação nominal do Metical num cenário de inflação doméstica ainda alta, comparativamente à dos principais parceiros comerciais, pode, a prazo, piorar a competitividade externa de Moçambique. A taxa de câmbio média do MZN/USD no último dia de Maio foi de 60,8 meticais (67,9 meticais em Março), a do MZN/EUR esteve em 66,8 meticais (72,4 meticais em Março), enquanto o Rand foi cotado em 4,6 meticais (5,2 meticais em Março). Estas cifras representam uma contínua apreciação da moeda doméstica, a qual, combinada com a inflação mais elevada que a dos principais parceiros comerciais de Moçambique, está a resultar numa forte desaceleração da depreciação do Índice da Taxa de Câmbio Efectiva Real (ITCER) – indicador usado para avaliar a competitividade externa dos produtos nacionais transaccionáveis –, que em Maio observou uma apreciação efectiva

real de 7,4%, após uma depreciação de 19,6% em Dezembro último.

O risco fiscal mantém-se elevado, num contexto em que os agregados de moeda e de crédito ao sector privado abrandam e a liquidez no Mercado Monetário Interbancário aumenta.

Até Abril, o crédito bancário ao sector privado reduziu em 5,4%, em termos acumulados, resultando numa desaceleração da variação homóloga para 4,8%, contra os 15,8% observados em 2016. Perante este cenário de fraca procura pelo crédito, os bancos têm estado a reforçar as suas aplicações no

a taxa de juro de permutas de liquidez entre as instituições de crédito evoluiu em redor da taxa MIMO (21,75%), tendo atingido a cifra de 21,68% no último dia de Maio, a reflectir a escassez de liquidez de alguns bancos de pequeno porte.

Relativamente às operações a retalho, destaca-se o facto de ter entrado em vigor, a 1 de Junho de 2017, a prime rate única de todo o sistema bancário, fixada em



Mercado Monetário Interbancário, com maior incidência para as aplicações de curtíssimo prazo, contribuindo para o aumento do excesso de liquidez bancária, concentrada nos maiores bancos do sistema.

As expectativas de desaceleração da inflação têm concorrido para a inversão da trajectória das taxas de juro dos bilhetes de tesouro de maturidade de 91, 185 e 365 dias, que reduziram, nos últimos dois meses, em 21, 185 e 164 pontos base, para 25,25%, 26,50% e 27,78%, respectivamente. Por seu turno,

27,75% para os próximos 30 dias. Esta taxa resulta da média das taxas interbancárias *overnight* acrescida do prémio do custo do sistema, que foi fixado pela Associação Moçambicana de Bancos em 600 pontos base, para o mesmo período.

É de salientar que, depois de o Estado ter transitado o ano de 2016 com um saldo de dívida interna total de 70.135 milhões de meticais, dados reportados a 16 de Junho de 2017 indicam que o mesmo incrementou para 97.702 milhões de meticais.

## Banco de moçambique mantém a taxa mimo em 21,75% e o coeficiente de reservas obrigatórias para os passivos em moeda nacional e estrangeira em 15,50%

As perspectivas de médio prazo continuam a apontar para a evolução favorável da inflação, não obstante os riscos de ajustamento dos preços administrados. Os últimos dados sobre a evolução do PIB indicam um maior dinamismo da actividade económica nos próximos trimestres, num cenário em que a inflação continuará a desacelerar, não obstante as projecções actuais

situarem-se ligeiramente acima das apresentadas no CPMO de Abril. Estas projecções continuam sujeitas a riscos e incertezas, em particular os associados aos ajustamentos em curso nos preços administrados, aos efeitos da consolidação fiscal e à volatilidade dos preços médios das *commodities* no mercado internacional, a que acresce a incerteza em torno da retoma da ajuda

externa para o apoio directo ao Orçamento do Estado.

Na eventualidade de ocorrência dos factores de risco apresentados, afectando negativamente os indicadores, o Banco de Moçambique poderá tomar as medidas correctivas necessárias antes da próxima reunião do CPMO, agendada para o dia 10 de Agosto de 2017.

Membros da  
Associação Moçambicana de Bancos  
(AMB)



[www.bancabc.co.mz](http://www.bancabc.co.mz)



**Banco Mais**  
[www.bancomais.co.mz](http://www.bancomais.co.mz)



**Barclays Bank**  
Moçambique, SA  
[www.barclays.co.mz](http://www.barclays.co.mz)



[www.bayportfinance.com](http://www.bayportfinance.com)



**Banco Comercial e de Investimentos, SA**  
[www.bci.co.mz](http://www.bci.co.mz)



[www.BIG.Co.mz](http://www.BIG.Co.mz)



**Junto crescemos**  
**Banco Terra, SA**  
[www.bancoterra.co.mz](http://www.bancoterra.co.mz)



**Banco Nacional de Investimento, SA**  
[www.bni.co.mz](http://www.bni.co.mz)



**Ecobank, SA**  
[www.ecobank.com](http://www.ecobank.com)



[www.gapi.co.mz](http://www.gapi.co.mz)



**Capital Bank, SA**  
[www.capitalbank.co.mz](http://www.capitalbank.co.mz)



**FNB Moçambique, SA**  
[www.fnb.co.mz](http://www.fnb.co.mz)



**Banco Internacional de Moçambique, SA**  
[www.millenniumbim.co.mz](http://www.millenniumbim.co.mz)



**Moza Banco, SA**  
[www.mozabanco.co.mz](http://www.mozabanco.co.mz)



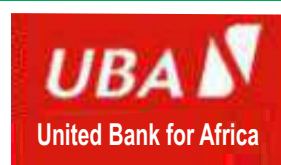
**Standard Bank, SA**  
[www.standardbank.co.mz](http://www.standardbank.co.mz)



**SOCIETE GENERALE MOÇAMBIQUE**  
[www.societegenerale.co.mz](http://www.societegenerale.co.mz)



[www.socremo.com](http://www.socremo.com)



[www.ubagroup.com](http://www.ubagroup.com)



[www.bancounico.co.mz](http://www.bancounico.co.mz)

## Ficha técnica

### AMBNewsLetter:

Boletim Informativo da Associação Moçambicana de Bancos; Dispensa de Registo Nº.03/GABINFO-DEC/2015; Edição nº 11, Julho de 2017; **Coordenador Editorial:** José Mussane (Secretário Geral da AMB); **Redacção, Fotografias e Maquetização:** Benjamim M. Chabualo (Assessor de Comunicação e Imagem da AMB); **Revisão:** Anastácia Rosária; **Periodicidade:** Trimestral; **Distribuição:** Gratuita. Contactos: 258-21310818; Móvel: 258-823207330.

E-mail: [ambancos@teledata.mz](mailto:ambancos@teledata.mz) [www.amb.co.mz](http://www.amb.co.mz)

Maputo - Moçambique